

Ata de Reunião - 30 de novembro de 2004

por Cep — publicado 01/12/2004 00h00, última modificação 11/12/2014 13h38

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2004

Local: Rua Bela Cintra, 934, 12º andar, São Paulo, SP

Horário: 11:00 às 17:00

Presentes:

Antoninho Trevisan
Fernando Neves
João Camilo Penna
Marcílio Moreira
Maria Victoria Benevides

Ausente:

Cármem Lúcia Rocha

1. Maria Victoria Benevides justificou a ausência de Cármem Lúcia Rocha, em razão da impossibilidade de ausentar-se de Belo Horizonte, por razões profissionais. Em seguida foram examinadas e aprovadas a proposta de agenda e a ata da reunião realizada em 26.10.2004.

2. Informes –

2.1 Reunião do CDES - Maria Victoria Benevides e Antoninho Trevisan relataram participação na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Na oportunidade, Trevisan informou ter destacado que considerava fundamental que, além das questões técnicas, o CDES discuta os princípios éticos por trás das políticas públicas. Maria Victoria Benevides registrou que Henrique Meirelles, Presidente do Bacen, informou então que estava providenciando o atendimento da solicitação da CEP para levantamento da experiência de bancos centrais de outros países com a gestão da ética e prevenção de conflitos de interesses. Quanto a esse tema, Trevisan proferiu entendimento no sentido de que suscita conflitos a forma como o Bacen se relaciona com o mercado, por meio de grupo restrito de interlocutores, todos da área financeira. Marcílio Moreira lembrou que nos EUA há o Livro Bege, que registra o estado da economia, que leva em conta os mercados produtivos, e não só o financeiro.

2.2 Seminário Ética na Gestão - Maria Victoria Benevides registrou a realização bem sucedida do Seminário Ética na Gestão – V Encontro de Representantes Setoriais da Comissão de Ética Pública, para o que concorreu decididamente as participações de Fernando Neves, João Camilo Penna e Marcílio Moreira, aos quais apresentou seus agradecimentos, uma vez que problemas de saúde não permitiram sua participação. Camilo Penna registrou a notável ausência de autoridade de nível ministerial no encontro e destacou o painel sobre a importância da eficiência administrativa para um padrão ético efetivo. Marcílio Moreira registrou a forte preocupação dos presentes ao seminário com a falta de proteção aos envolvidos na gestão da ética, sobretudo denunciadores e testemunhas. Finalmente, Fernando Neves resumiu os resultados dos grupos de trabalho, que apresentaram inúmeras propostas que podem servir ao aperfeiçoamento dos trabalhos da CEP, sugerindo sejam examinadas em maior detalhe por todos com o objetivo de fazê-las contempladas no plano de trabalho para 2005. Destacou que as conclusões mais marcantes foram: a) falta de estrutura para as comissões de ética funcionarem; b) inexistência de um sistema de proteção aos envolvidos; c) a opinião majoritária dos representantes setoriais de que deve a Comissão assumir em definitivo o papel de órgão central da ética no Executivo

Federal, suprindo a atual lacuna existente e que tanto compromete o padrão ético na Administração Pública.

2.3 Conselho da Transparência e Combate à Corrupção - A pedido da Presidente Maria Victoria, Mauro Bogéa destacou fatos da 1ª reunião: elaboração de proposta de regimento interno, que ficou ao seu encargo; relato da CGU sobre os trabalhos que vem desenvolvendo; informação prestada por Jorge Hage, Secretário-Executivo do Conselho, de que será submetido ao Conselho, na próxima reunião, proposta da CGU de regulamentação de conflitos de interesses.

2.4 Comissão de Controle Financeiro e Fiscalização da Câmara dos Deputados – Maria Victoria Benevides informou sobre convite para participar de Audiência Pública para tratar de temas relacionados ao contrato da empresa GTECH com a Caixa Econômica Federal, no qual teria tido participação o ex-Subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz, e a compra pelo Banco do Brasil de ingressos para show da dupla Zezé di Carmargo e Luciano, cuja finalidade seria prover recursos para o PT. Em razão da sua impossibilidade de deslocar-se a Brasília, indicou Fernando Neves para representar a CEP, o que contou com o apoio de todos e a aceitação do indicado.

2.5 Em relação aos temas levantados no Informe de Conjuntura, os presentes registraram:

2.5.1 O fato do Vice-Presidente da República ser proprietário de empresa fornecedora das Forças Armadas. A Comissão considerou que o Vice-Presidente, ainda que acumulando o Ministério da Defesa, não é autoridade sobre cuja conduta possa opinar;

2.5.2 O denunciado envolvimento da empresa Confederal, do Ministro Eunício de Oliveira, com suposto esquema de abuso de poder e conluio para cancelar dívidas junto ao INSS (cf. expediente recebido). Entendeu a Comissão que embora Eunício Oliveira já tenha declarado à CEP que está afastado de todas as suas empresas e que as mesmas não transacionam com o Ministério das Comunicações ou entidades vinculadas, o fato de ser proprietário de empresa que presta serviços a outras áreas da Administração Pública - inclusive envolvida em recente episódio de fraudes em licitações no TCU, conforme investigado pela Polícia Federal, que prendeu diversas pessoas, entre as quais um dirigente da Confederal -, sempre será fonte de problemas e suscita conflitos e dúvidas de cunho ético. Consideraram que os fatos narrados, se verdadeiros, extrapolariam a questão estritamente ética, já estando sob investigação dos órgãos públicos competentes, devendo o expediente recebido ser encaminhado para a CGU.

3. Pendências:

3.1 Consulta do Ouvidor do Ministério da Fazenda a propósito da oferta de cartão de descontos por parte de Restaurante para o Secretário-Executivo do Ministério. Deliberou a Comissão que a aceitação de cartão de descontos de distribuição generalizada a clientes de estabelecimento comercial não configura transgressão ao Código de Conduta.

3.2 Informação do MTE sobre participação do seu Secretário-Executivo em Conselho Fiscal da Acesita – Decidiu a Comissão solicitar informações ao Secretário sobre o cumprimento dos requisitos previstos no item 5, Resolução nº 8, que dispõe que a participação de autoridade em conselhos de administração e fiscal de empresa privada, da qual a União seja acionista, somente será permitida quando resultar de indicação institucional da autoridade pública competente. Nestes casos é vedado à autoridade participar de deliberação que possa suscitar conflito de interesses com o Poder Público.

3.3 Representação contra dirigentes do Banco do Brasil – Deliberou o colegiado que a Secretaria Executiva da Comissão deve esperar mais 30 dias pela resposta do denunciante quanto às informações já requeridas pela CEP, após o que, se não houver resposta, deve proceder ao arquivamento da representação.

3.4 Representação de Subprocurador-Geral da República por exercício de atividade paralela incompatível por Conselheiro do CADE – Deliberou a CEP solicitar ao conselheiro denunciado que se manifeste quanto ao conteúdo da denúncia, nos termos do art. 18 do Código de Conduta da Alta Administração Federal. Designado relator Marcílio Moreira.

3.5 Denúncia por contratação de parentes – Deliberou a CEP oficial à Secretária de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça para que se manifeste sobre o teor da denúncia, nos termos do art. 18 do Código de Conduta. Designada relatora Cármen Lúcia Rocha.

3.6 Denúncia por violação da Resolução nº 7 – Deliberou a CEP oficial, nos termos do art. 18 do Código de Conduta, para que o Diretor-Executivo da Itaipu Binacional se manifeste quanto ao teor

da representação por transgressão às normas que dispõem sobre a participação de autoridade vinculada em eventos político-eleitorais. Designado relator Fernando Neves.

3.7 Denúncia por constituição de Clube de Investimentos – Deliberou a CEP oficial, nos termos do art. 19 do Código de Conduta, para que o Presidente do IRB se manifeste quanto ao teor da denúncia. Designado relator Antoninho Trevisan.

4. Questões dos conselheiros:

4.1 O exame da sugestão de visitas formais previamente agendadas da Presidente da Comissão aos órgãos federais foi adiada para a próxima reunião, em razão da ausência de sua autora, Cármen Lúcia Rocha.

5. Os presentes foram informados das DCIs apresentadas no período, tendo sido cometido a Marcílio Moreira, com plenos poderes delegados pelo colegiado, o exame da suficiência das medidas adotadas pelo Diretor do Bacen, Rodrigo Teles da Rocha Azevedo, para prevenir conflitos entre seus interesses financeiros privados e o exercício da função pública.

6. Outros assuntos:

6.1 A pedido da Presidente Maria Victoria Benevides, Mauro Bogéa apresentou proposta de plano de trabalho para 2005, incorporando sugestões de ações feitas pelos representantes setoriais da Comissão como resultado dos trabalhos em grupo no Seminário Ética na Gestão. Maria Victoria recomendou o exame da proposta para deliberação na próxima reunião, que também estabelecerá a agenda de reuniões para 2005.

6.2 Camilo Penna sugeriu a regulamentação por resolução do disposto no Decreto de 18.5.2001, que estabeleceu regras para o relacionamento da CEP com as entidades e órgãos do Executivo, com o objetivo de tornar mais claros os deveres e responsabilidades dos representantes setoriais da CEP – Fernando Neves foi indicado para examinar e propor minuta para exame pela CEP. Registrou que muitas entidades e órgãos não cumprem o disposto no Decreto que criou o elemento de ligação das entidades e órgãos do Executivo Federal com a Comissão de Ética Pública sendo necessário que sejam notificados por isso.

7. Considerando ter cumprido seu compromisso de presidir a Comissão de Ética Pública até o final do ano de 2004, Maria Victoria Benevides propôs a eleição do novo presidente na próxima reunião, com a presença de todos os membros da CEP. Trevisan sugeriu o nome de Fernando Neves, no que foi apoiado pelos demais

8. Nada mais havendo a tratar, a próxima reunião foi marcada para o dia 31.1.2004, no Rio de Janeiro.

Mauro Bogéa
Secretário